

O novo populismo na América Latina: a classificação neopopulista através da percepção da população.

Área temática: Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças

Trabalho desenvolvido para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP) Montevideú, 26 a 28 de julho de 2017.

Aline G.B.R Santa Cruz

Graduando em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: alinegabrielasantacruz@hotmail.com

Myllena Pereira Santos

Graduanda em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: santos.myllena@hotmail.com.

Resumo: O artigo tem como objetivo identificar as variáveis responsáveis pela expansão do que a literatura identificou como ‘novo populismo’ entre a população dos países latino-americanos. Os ‘neopopulistas’ são conhecidos por serem mais famosos pela habilidade da retórica do que pela capacidade de gestão, sendo tal característica comumente observada em vários presidentes da América Latina, tais como Chaves, na Venezuela; e Lula, no Brasil. Apresentando governos marcados por alta popularidade, principalmente entre os mais pobres, as semelhanças de práticas daquelas utilizadas pelos populistas do século XX são verificadas, fazendo com que os perigos desse tipo de governo volte a assombrar novamente a América Latina. Dessa forma, a hipótese desenvolvida neste artigo é de que a população tende a ter uma desconfiança generalizada das instituições entre os países que possuem presidentes com perfil populista, fazendo com que tais líderes criem um ‘ciclo’ vicioso entre neopopulismo e desconfiança institucional. Para desenvolver tal análise, será utilizado os dados de survey do Projeto Latino-Americano de Opinião Pública (LAPOP) selecionando as variáveis que melhor representam a opinião da população diante das atividades políticas e legislativas, assim como das instituições, para a criação do Índice de Percepção das Características Neopopulistas (IPCN). Ao ser identificado o nível percepção, a contribuição que as autoras pretendem atingir no ambiente das discussões acadêmicas se refere em constatar o impacto que essa nova onda populista tem criado entre a população no território latino, e, dessa forma, fomentar o debate entre os estudiosos para alertar os perigos eminentes que assolam a região.

Palavra Chave: Populismo; Neopopulismo; Democracia; América Latina.

Abstract: This article aims to identify all the variables that influence the expansion of what is now qualified as “new populism” in Latin America. The “neopopulist” are best known for their oratory than for their management skills, being that the most prominent characteristic observed in a wide variety of presidents such as Chavez in Venezuela and Lula in Brazil. With administrations marked for its great popularity, especially amongst the poorest parts of the population, the similarities with the XX century’s populism don’t stop there raising the fear that this kind of government may haunt Latin America once again. In this manner, the hypothesis developed in this article is that the population living under a “neopopulist” government tends not to trust the entirety of their country’s institutions which creates a vicious cycle of “neopopulism” and institutional mistrust. In order to develop such an analysis it shall be taken into consideration some the data collected by the Latin America Public Opinion Project (LAPOP) survey regarding public opinion sensitive to the political and legislative activities, as well as institutions, to create the Index of Perception of Neopopulist Characteristics (IPNC). By identifying the level of threat imposed by the “neopopulism” rise the authors expect to measure the impact generated by this new wave of populism amongst Latin America’s population and therefore bring the academic attention to this growing danger.

Keywords: Populism; Neopopulism; Democracy; Latin America.

Resumen: El artículo tiene como objetivo identificar las variables responsables de la expansión de lo que la literatura identificó como 'nuevo populismo' entre la población de los países latinoamericanos. Los neopopulistas son conocidos por ser más famosos por la habilidad de la retórica que por la capacidad de gestión, siendo tal característica comúnmente observada en varios presidentes de América Latina, tales como Chaves, en Venezuela; Y Lula, en Brasil. Al presentar gobiernos marcados por alta popularidad, principalmente entre los más pobres, las semejanzas de prácticas de aquellas utilizadas por los populistas del siglo XX son verificadas, haciendo que los peligros de ese tipo de gobierno vuelva a asombrar nuevamente a América Latina. De esta forma, la hipótesis desarrollada en este artículo es que la población tiende a tener una desconfianza generalizada de las instituciones entre los países que poseen presidentes con perfil populista, haciendo que tales líderes creen un 'ciclo' vicioso entre neopopulismo y desconfianza institucional. Para desarrollar tal análisis, se utilizarán los datos de encuesta del Proyecto Latinoamericano de Opinión Pública (LAPOP) seleccionando las variables que mejor representan la opinión de la población ante las actividades políticas y legislativas, así como de las instituciones, para la creación del Índice de Percepción de las Características Neopopulistas (IPCN). Al ser identificado el nivel percepción, la contribución que las autoras pretenden alcanzar en el ambiente de las discusiones académicas se refiere en constatar el impacto que esa nueva ola populista ha creado entre la población en el territorio latino y, de esa forma, fomentar el debate entre los estudiosos Para alertar los peligros eminentes que asolan la región.

Palabra Clave: Populismo; Neopopulismo; Democracia; América Latina

Introdução

A democratização na América Latina ocorreu de modo tardio e foi marcada por diversas crises políticas e interrupções em seus regimes democráticos. Observa-se também que o seu processo democrático acompanhou o surgimento do populismo, emergindo, assim, um grande número de líderes de grande popularidade e adotado, principalmente, de características populares e princípios liberais. Cabendo ainda ressaltar que, os países do Cone Sul estão inseridos em um contexto de novas democracias e com poucos períodos de estabilidade política, estando a grande maioria, marcada por golpes militares e queda de regimes democráticos.

Nas décadas de 1930 e 1950, com os emblemáticos governos de Perón e Getúlio Vargas, produziu-se um novo panorama político da América Latina que resultaria em uma mudança significativa no que diz respeito às orientações políticas dos governos. Observa-se que em meio às diferenças e peculiaridades em cada país, líderes apresentavam uma característica em comum, o discurso populista. Surgindo assim, uma nova modalidade de governo.

Em meio a existência de diversas correntes teóricas da ciência política, o populismo é tido como uma relação entre a base social e a base econômica do governo, além de ser dotado de grande carga ideológica e estratégica de discurso. No entanto, na literatura questionasse se o populismo é realmente um fenômeno único e distinto. Segundo Baquero (2010), esse questionamento se deve ao fato de que o conceito sobre populismo não é novo, nem teve sua gênese nos países latino-americanos, mas foi fortemente marcado pelos países do Cone Sul.

Na América Latina, os maiores exemplos de governos populistas nessa época foram de Juan Domingo Perón (1946 – 1955/1973 – 1974), na Argentina; Gustavo Rojas Pinilla (1953 – 1957), na Colômbia; Lázaro Cárdenas (1934 – 1940), no México; e Getúlio Vargas (1930 – 1945/ 1951 – 1954), no Brasil.

Vale destacar que, assim como observado por Roberts (1995), os últimos anos foram marcados pelo reaparecimento de novos líderes personalistas e populares que adotam, em sua maioria, políticas neoliberais, observando assim, uma nova fase do populismo, dessa vez o neopopulismo. De forma suscita e a ser explorado à posterior, o neopopulismo se caracteriza como o desdobramento contemporâneo do consagrado

modo de governo popular, dotado de uma economia política liberal e de forte apelo ideológico, relembrando as características dos populistas do século anterior

No início do século XXI, após o fim de um longo ciclo de crise política e econômica na América Latina, os países latinos passaram por um período de redemocratização, conhecido como Terceira Onda de Democratização (Huntington, 1994). Neste momento, os países da terceira onda, em especial, países latinos e do leste europeu, tentaram recompor suas instituições democráticas para a consolidação da democracia, no entanto observou-se uma volta dos princípios populistas e um consequente retrocesso político (BOTANA, 1998; GRONDONA; 1999; SCHMITTER, 2006).

Conforme Baquero (2010), o que proporcionou ressurgência de movimentos populistas nos últimos anos na América Latina foram as precárias condições estruturais, de ordem econômico-social presentes na sociedade. Diante desse favorável contexto, observou-se novamente o aparecimento de novos líderes, com discurso político que “sensibilizava” as massas e prometendo uma nova era de desenvolvimento e políticas distributivistas por meio de programas sociais. Norris (2016) chama para a volta do comportamento populista na América Latina, alertando para o “discurso perigoso” já conhecido e que volta a assombrar a região. Assim, essas características puderam ser observadas no século XXI nos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina; e Lula, no Brasil, configurando-os, dessa forma, como neopopulistas.

Tomando as evidências que a ameaça neopopulista volta a assombrar a América Latina, este artigo tem como objetivo principal observar a percepção da população em torno do assunto. A hipótese das autoras situa-se no argumento de que em países com presidentes neopopulistas observa-se, conseqüentemente, a existência de uma percepção popular de desconfiança generalizada em todas as instâncias do governo, tanto no executivo, quanto no legislativo e judiciário. Sendo assim, para mapear as características que constituem um perfil neopopulista de um líder, serão utilizadas variáveis proxy do banco de dados do Projeto Latino Americano de Opinião Pública (LAPOP)¹.

¹ The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Disponível em: www.LapopSurveys.org

O artigo está dividido em seis partes. A primeira parte, a presente introdução, buscou trazer um contexto histórico e evidências de que o populismo voltou a América. A próxima seção buscará trazer uma melhor definição do que seria o novo populismo, buscando elencar as variáveis mais importantes para sua caracterização. Em seguida, será exposto a relação entre o populismo e a democracia, trazendo exemplos latinos. A quarta parte mostrará o arcabouço metodológico para o desenho de pesquisa deste artigo. Depois disso, a seção seguinte trará os resultados dos testes. A última parte sumariza conclusões encontradas.

Por fim, almeja-se mostrar que as ameaças populistas estão presentes não apenas na figura do chefe do executivo, mas também nas demais instituições, ocasionando assim, um acinte à democracia da região ao gerar um ‘ciclo’ entre neopopulismo e desconfiança institucional.

O novo populismo

Na América Latina, no decorrer do seu processo de democratização, houveram inúmeros casos de regimes autoritários e golpes militares. No entanto, mesmo atualmente, com a grande maioria dos países latinos apresentando as setes premissas democráticas de Dahl (1989): 1) Autoridades eleitas; 2) Eleições livres e justas; 3) Sufrágio inclusivo; 4) o direito de se candidatar aos cargos eletivos; 5) Liberdade de expressão; 6) Informação alternativa; e 7) Liberdade de associação e se configurando, em grande parte como democracia delegativa (c.f O'Donnell 1991;1999) ainda se questiona a qualidade da democracia nos países da região, visto que os mesmos apresentam algumas falhas de cunho institucional e social, acarretando a ascensão de líderes populistas por meio de vias legais e com amplo apoio popular.

Por tanto, tais líderes com comportamento populista estão presentes em muitos governos da região, um fato que segundo Baquera (2010) ocasiona um importante obstáculo para a concretização de um marco institucional. Visto que, seus governos populistas utilizam uso de mecanismos impróprios para uma “pura democracia”, onde as instituições são respeitadas e os processos eleitorais ocorrem em conformidade com práticas legais e sem a promessa de ganhos particulares futuros como iscas para obtenção do voto.

Campos (1994) já havia assinalado a América Latina como terra fértil para o surgimento de “dois protagonistas funestos para o sadio desenvolvimento da democracia”, sendo um demagogo e, o outro, extremista. Tais “protagonistas” iriam buscar resolver todos os problemas de modo rápido e com amplo apoio popular, o que, posteriormente, com a instalação do populismo em terras latinas, foi um fato que realmente colocou a democracia em alerta.

O populismo atenta contra a sustentabilidade da democracia e do desenvolvimento porque esses são viáveis, basicamente, a partir de uma lógica onde Estado, sociedade civil e mercado definem espaços de convivência e de relativa confiança entre os diversos atores (ARENDR, 1959; PEYREFITTE, 1999). No entanto, como um processo cíclico, o populismo deu lugar aos golpes militares, caso da Venezuela, e a uma nova redemocratização dos países latinos e atualmente, instaurou-se na região como Neopopulismo ou Novo Populismo, como a teoria e o presente artigo adotam.

Ao novo populismo, assim como o “velho” populismo, é regido por regras tradicionais de dominação político-econômica, bloqueando assim, a inserção e a ascensão de novos grupos e das massas ao poder. Para Baquero (2010), o populismo e o neopopulismo são movimentos sem base firme em nenhuma classe social específica, mas dependem, para a sua sustentação política, do apoio de vários setores das mais variadas classes, sendo a classe popular urbana a sua espinha dorsal. Contudo, Leis (2008) alerta que embora o novo populismo continue respondendo à mesma lógica contrária à democracia do passado, ele se apresenta hoje com outra cara aparentemente mais atrativa e mais nefasta a democracia, visto que, no mesmo ímpeto que o populismo ganha votos num grande número de países da América Latina, busca também ganhar legitimidade ideológica no campo democrático.

Na prática, seus governos priorizam políticas de bem estar social, como o atendimento das necessidades dos segmentos menos favorecidos, adoção de políticas públicas redistributivas² e fortalecimento dos vínculos paternalistas com seus seguidores. Em contrapartida, tais líderes populistas desfrutam de amplo apoio das massas, as quais o veem como brilhante líder e principal responsável pela melhoria de

² Conferir Lowi (1964; 1972)

suas condições de vida.

Cabe destacar que, outra característica relacionada aos governos populistas se deve a grande preocupação com o uso dos meios de comunicação como instrumento de divulgação das ações do governo e um canal de instauração de mecanismos de controle e censura, procurando evitar o aparecimento de grupos de oposição. Dessa forma, ao ter controle desses meios, o populismo faz uso de propagandas oficiais massiva através do uso irrestrito de rádios, jornais, revistas e emissoras de televisão afim de disseminar suas ações entre os mais distintos grupos sociais.

Historicamente, ao emergir em um contexto de crise política, onde a legitimidade das instituições são questionadas, visto que não conseguem responder adequadamente e rapidamente aos anseios da população, os populistas surgem para transgredir as instituições democráticas e conseqüentemente, “solucionar” as demandas que antes poderiam ser resolvidas. Com isso, podemos destacar que se os problemas sociais são endêmicos ao sistema, e tudo que vem do governo é construído a partir de um governo ineficiente e corrupto, onde há abuso de poder e exclusão política, sendo a democracia representativa culpada por tais efeitos, então a alternativa vem de fora dela (TORRES, 2006).

Lechner (1984) argumenta que, nas sociedades latino-americanas, cujo sistema sociopolítico não proporciona as condições para enraizar um senso de identidade coletiva, os setores populares tentam encontrá-lo na identificação pessoal com um líder carismático. Sendo, portanto, característica indistinguível do populismo a emergência de um líder visto como uma figura messiânica, cujo futuro da nação será colocada em suas mãos.

Observa-se, assim, uma política marcada pela presença de líderes carismáticos que almejam amplo apoio das maiorias, em especial da classe operária. Conforme pontuado anteriormente, tais lideranças não reconhecem mediações organizativas e institucionais, argumentando que estas não são capazes de canalizar a vontade do povo, explorando, assim os seus perfis personalistas e clientelistas para satisfazerem a vontade popular e se ofertar como o verdadeira “instituição” que consegue, de fato, canalizar a vontade da massa.

Seguindo a mesma perspectiva, Baquero (2010) destaca que líderes populistas almejam mobilizar suas bases eleitorais para desequilibrar “legalmente” as eleições e se

posicionar contra os seus oponentes, fazendo, assim, “uso extensivo do clientelismo para recompensar seus seguidores” e em contrapartida, e utilizam os recursos do Estado para promover o desenvolvimento econômico e estabelecer mediações entre empresários e empregados.

Portanto, os líderes ao emergir de fora do sistema, seria um *outsider*, isto é, pessoas de fora da atual elite governante. Apresentando tal característica, eles se utilizam de tal fator para se autodenominar “incontaminável”, ou seja, “não contaminado” pelos problemas responsáveis por gerar a crise instaurada em seus países. Sendo assim, seu papel seria necessário para afastar os males da nação trazendo de volta virtudes que lhes parecem faltar, sejam elas honestidade, liderança, justiça social, orgulho nacional, ou a força para enfrentar a violência ou desordem política.

Outra característica recente e relevante tem a ver com os defensores dos movimentos neopopulistas. Segundo Torres (2006), ao contrário daqueles movimentos do século XX ligados a segmentos militares, trabalhadores organizados, e camponeses, os novos constituintes provêm do lumpemproletariado³ ou de outros setores tradicionalmente excluídos, como as populações indígenas. A organização política de tais grupos parece ser o resultado da convergência do desencanto acumulado com o sistema de exclusão política, mobilização espontânea para direitos básicos e serviços sociais - e mesmo a presença de um líder forte. Além disso, o neopopulismo está redefinindo a divisão da sociedade “nós” e “eles” em novos termos, incluindo algumas divisões particularmente perigosas ao longo de linhas raciais ou étnicas.

Desse modo, a ascensão desses líderes ao poder, a tradicional sociedade civil, as organizações e em particular, ao partidos políticos, os posicionam como intermediadores desnecessários para o processo político, sendo, conseqüentemente, fadados a reestruturação ou remoção de tais estruturas. Dessarte, a hiperconcentração do poder político é uma consequência inevitável do papel do líder, o qual o mesmo incorpora todas as funções do Estado, sendo assim, o principal distribuidor e benfeitor.

Conseqüentemente a todos os aspectos populistas aqui apresentados, deixa-se, assim, claro que esse movimento surge contra toda a classe política. Não sendo apenas a oposição tradicional às elites governantes - e as instituições percebidas como apenas

³ Terminologia marxista que significa camada social do proletariado que vive na miséria e que se caracteriza pela ausência da consciência de classe.

respondendo aos seus interesses -, mas sim toda a política entra em questão. Como Legler ressalta, "ele (neopopulismo) não é apenas anti-estabelecimento, mas também anti-sistema" (Legler, 2006).

Por fim, faz necessário ressaltar que, mesmo com o fim desses governos, o legado prevalece, gerando impactos sociais e econômicos, e retrocedendo décadas de desenvolvimento democrático. Além dos desajustes econômicos causados por um excesso de gastos insustentáveis, o legado populista também inclui divisões profundas dentro da sociedade, em virtude da política antagônica de líderes populistas. A representação política é questionada, tendo em vista as limitações impostas aos mecanismos de participação no estado, mostrando que um caminho "fora das instituições" passa a ser creditada, e seu caminho através dela deixa de ser um canal viável para canalizar o descontentamento popular.

A democracia nos governos neopopulistas

Desde o início da terceira onda de democratização, no final do século XX, observamos, conforme Geddes (2001), 85 países que deixaram seus regimes autoritários dos quais, 30 são democracias sobreviventes e apresentam certa estabilidade, 9 duraram pouco tempo, 8 permanecem instáveis, 4 foram para as mãos dos militares, mas ainda os membros das elites resistem e estão mantendo alguns aspectos do jogo político democrático, e trinta e quatro 34 voltaram a ser regimes autoritários. Giuseppe Di Palma (1990) destaca que, as possibilidades de uma transição bem sucedida guardam direta relação com os ritmos com os que opera o processo de restauração das instituições democráticas. A evolução democrática, ainda segundo Giuseppe(1990), ver-se-á fortemente beneficiada pela moderação e o gradualismo que assumirem os principais líderes políticos do regime nascente na hora de negociar a retirada dos dirigentes do regime autoritário.

É possível sustentar que existe nas análises sobre as transições e as consolidações democráticas uma ênfase muito acentuada em torno das noções de ordem e estabilidade; ênfase muito presente em *Civic Culture* de Almond e Verba (1963), em *Political Order in Changing Societies* de Samuel Huntington (1968) ou em *Political Man* de Seymour Lipset (1981), além de outras obras que fazem parte do paradigma

hegemônico da ciência política e da sociologia política contemporâneas. Em todas elas é recorrente a idéia de que, para alcançar e garantir a estabilidade, torna-se imperativo um relativo isolamento das estruturas políticas frente às pressões da sociedade e, em especial, frente às reivindicações e às demandas provenientes dos setores populares. Isto implica, sem dúvidas, uma sistemática opção para o lado do poder, a expensas da transformação ativa das grandes majorias na esfera política.

Ao analisarem a concepção schumpeteriana de democracia, Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003) num brilhante trabalho que serve de introdução à obra coletiva "Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa", defendem que Schumpeter teria introduzido de "contrabando" a concepção elitista na teoria procedimental da democracia, dado que o motivo pelo qual a participação popular é excluída desse processo não faz parte da argumentação procedimental e sim de uma teoria da sociedade de massas que não é suficientemente explicada nem fundamentada pelo economista e sociólogo austríaco. De igual modo, Norberto Bobbio(1987), que acabou reduzindo a questão democrática a um simples método eleitoral, introduzindo sub-repticiamente ao mesmo tempo um postulado que limitava este método à seleção de elites por parte de um eleitorado passivo e apático.

Para Huntington (1994), um sistema político do século XX é democrático quando os principais atores envolvidos no processo de tomada de decisão são selecionados através de eleições periódicas, honestas e imparciais em que os candidatos concorrem livremente pelos votos e com toda a população adulta com o direito de voto, liberdades políticas e civis de expressão, publicação, reunião e organização. Sendo assim, o autor observou cinco fatores que influenciaram o desenvolvimento da terceira onda de democratização e conseqüentemente, contribuíram para desestruturar sistemas de partido político único (por exemplo, o caso do México), de regimes militares (Brasil), além de ditaduras personalistas (Portugal). Sendo estes os fatores da terceira onda democratizante:

a) Problema da legitimidade dos regimes autoritários. Os regimes autoritários estavam perdendo legitimidade devido aos valores democráticos que dominavam o mundo;

b) Crescimento econômico. O crescimento possibilitou desenvolver as condições socioeconômicas da classe média, deixando-a mais ativa e articulada;

c) Mudanças nas doutrinas da Igreja Católica. As mudanças proporcionaram a igreja posicionar-se contra os princípios dos regimes autoritários;

e) Mudanças nas estratégias dos atores externos. Um dos atores importante foi os Estados Unidos, que usou uma série de meios, sejam eles políticos, econômicos, diplomáticos, militares, entre outros, para incentivar o processo democratizante;

f) Efeito bola-de-neve democratizante. Este efeito encorajou outros países a iniciarem o processo de democratização.

Portanto, qualquer que seja o fator que originou a terceira onda, o movimento em direção a democracia “ pressupõe competição maior no âmbito da política, pelo reconhecimento do direito de fazer oposição ao governo e, também, maior inclusão, pela extensão da franquia e do direito de ser votado a novos grupos sociais”, diz Cintra (2000). Todos estes ingredientes poliárquicos, ressaltado por Cintra (2000), foram aos poucos sendo inseridos pelos membros das elites políticas das novas democracias.

Diante do fenômeno da terceira onda de democratização, os países latinos mesmo diante de um processo de democratização, não apresentaram uma tendência linear em direção a sua consolidação. Nos vários países latino-americanos, os processos de liberação, transição e consolidação da democracia aconteceram em ritmos diferentes

No ano de 2007 foram realizadas 20.212 entrevistas sobre a satisfação da população em relação a democracia em seus países, 18 países da região latino-americana participaram da pesquisa: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala, México e República Dominicana. Os dados divulgados pelo Latinobarómetro⁴, mostram certa descrença dos latino-americanos com a democracia. Porém, há aqueles que estão satisfeitos com o regime em que vivem.

Conforme análise de Felisbino (2008), pode-se destacar que no grupo dos satisfeitos com a democracia estão os bolivianos, venezuelanos, equatorianos, dominicanos, argentinos, panamenses e os nicaraguenses, respectivamente, com 67%, 67%, 65%, 64%, 63%, 62% e 61% do total. Menos da metade dos mexicanos, colombianos, peruanos, chilenos e dos brasileiros entrevistados consideram a democracia o melhor regime para se viver, com 48%, 47%, 47%, 46% e 43% do total, respectivamente. Estes percentuais indicam que nestes países a democracia não foi bem

⁴ <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

avaliada por seus cidadãos. A crença com a democracia cai drasticamente com as opiniões dos salvadorenhos, hondurenhos, paraguaios e dos guatemaltecos, o percentual sequer chega a 40%

Outro parâmetro para possível inferência das democracias latinas é o Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina, o IDD-Lat⁵, desenvolvido por pesquisadores da Fundação Konrad Adenauer-Polilat que desde 2002 vêm medindo o desenvolvimento da democracia na região latina. O IDD-Lat visa “(...) los logros y virtudes del proceso de avance hacia una mayor evolución democrática de las instituciones y sociedades de América Latina (...)”. Sendo composto por quatro dimensões que medem o desenvolvimento da democracia na região latino-americana. As dimensões do IDD-Lat são:

Dimensão I: Condições básicas da democracia. Inclusão dos 18 países analisados, que são os mesmos estudados pelos pesquisadores do Instituto Interuniversitario de Iberoamérica e do Latinobarómetro.

Dimensão II: Respeito aos direitos políticos e as liberdades civis. Inclui os seguintes indicadores: o voto de adesão política, o Índice de Direitos Políticos, o Índice de Liberdades Civis, a presença da mulher na estrutura de poder, o Índice de Condicionamento de Liberdades e Direitos por Insegurança.

Dimensão III: Qualidade institucional e eficácia política. Inclui os seguintes indicadores: Índice de Percepção da Corrupção, Participação dos partidos políticos no poder Legislativo, Índice de Accountability, e Índice Desestabilização e Crise de Governo.

Dimensão IV: Exercício do poder para governar. Esta dimensão está composta por duas subdimensões. Subdimensão I: Capacidade para criar políticas que assegurem o bem-estar. Inclui os seguintes indicadores: Políticas públicas em saúde, Índice de Desemprego, Moradias que estejam abaixo da linha de pobreza e Políticas públicas em educação. Subdimensão II: Capacidade para criar políticas que assegurem a eficácia econômica. Inclui os seguintes indicadores: Índice de Liberdade Econômica, PBI per capita, Ingresso (relação de ingresso quartil menor e maior), Endividamento (porcentagem da dívida sobre o PBI) e Inversão Econômica (inversão bruta fixa sem o PBI).

⁵ <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/28695/>

No relatório de 2007, os pesquisadores da Fundação Konrad Adenauer-Polilat ressaltaram que o Chile, Costa Rica e o Uruguai são os únicos países que alcançaram o alto de desenvolvimento democrático, isto significa que estes países caminham para consolidação do regime. De acordo com os pesquisadores da Fundação Konrad Adenauer-Polilat, os países do alto desenvolvimento democrático “(...) son países que no han caído en los últimos años en crisis político-institucionales”. O México, Argentina, Panamá e o El Salvador obtiveram o médio desenvolvimento. A maioria dos países latino-americanos analisados estaria se afastando do desenvolvimento democrático, pois apresenta um baixo desempenho e os países do baixo desenvolvimento são: o Paraguai, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Honduras, Guatemala e a República Dominicana.

Diante de um cenário latino-americano de grande maioria insatisfeita com a democracia, observa-se a instauração de um novo populismo (neopopulismo) sendo arraigada na história dos países do Cone Sul. Visto os perfis dos líderes do executivo e seus desdobramentos no legislativo, observa-se características populistas em todas as instâncias de governo, onde é possível constatar em todas elas características em comum, como a adoção de políticas públicas redistributivistas, presença de comportamento personalistas por parte dos atores políticos, vasto apoio da massa e pouca crença nas instituições como canalizadoras das demandas da sociedade. Tendo em vista que, o presente artigo aborda os países latino-americanos, a próxima seção se restringirá aos casos da região latina.

Metodologia

A presente seção apresenta as principais características do desenho de pesquisa com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados reportados (KING, 1995; BOYER, 2003; LUPIA e ELMAN, 2014; ISHIYAMA, 2014). Serão apresentados os casos (países), assim como as variáveis utilizadas e o método aplicado para formação do Índice de Percepção das Características Neopopulistas (IPCN).

Tendo em vista que o artigo se concentra em países da América Latina, foram escolhidos todos os países latinos (24) presentes na onda de pesquisas de 2010 do LAPOP, são esses: México; Bolívia; Peru; Paraguai; Chile; Uruguai; Brasil; Venezuela;

Argentina; Guatemala; República Dominicana; Haiti; Jamaica; Guiana; Trindad e Tobago; Belize; Suriname; El Salvador; Honduras; Nicarágua; Costa Rica; Panamá; Colômbia; e Equador. O ano de 2010 foi escolhido pois foi último ano em que todos os presidentes classificados pelas autoras como neopopulistas estavam exercendo o mandato neste ano⁶ com dados presentes no LAPOP.

Para agrupar os países como neopopulistas ou não neopopulistas, os países México; Peru; Paraguai; Chile; Uruguai; Guatemala; República Dominicana; Haiti; Jamaica; Guiana; Trindad e Tobago; Belize; Suriname; El Salvador; Honduras; Nicarágua; Costa Rica; Panamá; Colômbia; e Equador foram codificados como (0) e Bolívia; Brasil; Venezuela; e Argentina como (1).

Os dados apresentados foram coletados no Projeto de Opinião Pública Latino-Americano na Universidade Vanderbilt, que não se responsabiliza por qualquer interpretação dos dados. Agradecemos o Projeto Latino-Americano de Opinião Pública (LAPOP) e seus principais apoiantes (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Universidade Vanderbilt) pela disponibilização os dados.

Dado que as seções anteriores buscaram definir características do neopopulismo, foram escolhidas 10 variáveis proxy para observar a desconfiança nas instituições. O Quadro 1 abaixo apresenta o código e a descrição das variáveis. Todas as variáveis variam em uma escala de 1 a 7 pontos, onde 1 significa nada, e 7 significa muito. Foram retirados do banco de dados os entrevistados que em alguma das respostas tenha respondido “Não Sei” (88) e “Não respondido” (98), além dos casos que estavam como *missing case* (.). de modo a essas respostas não alterarem o resultado da soma dos entrevistados.

Quadro 1: Quadro de variáveis

Código	Variável
B2	Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do

⁶ Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-até o momento), na Venezuela; Evo Morales (2006-até o momento), na Bolívia; Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina; e Lula (2003-2010), no Brasil

	Brasil?
B3	Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?
B6	Até que ponto o(a) sr./sra. acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?
B10a	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na justiça?
B13	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?
B21a	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?
B47	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas eleições?
N9	Até que ponto diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo?
EFF1	Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?
ING4	A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

FONTE: Elaboração das autoras (2017)

Para criar o Índice de Percepção das Características Neopopulistas (IPCN) foi utilizado o método de adição das variáveis. Cada entrevistado teve cada resposta somada, permitindo, assim, com que este índice apresente uma variância de 10 a 70 pontos. Dado que, quanto maior o valor em cada variável, obteremos, conseqüentemente, maior confiança nas instituições. Ou seja, o país que tiver maior a soma dessas variáveis (valor no índice IPCN) terá menos percepção de características neopopulistas no Estado, se tornando, assim, menos propício a surgir um líder com tais características. Em outras palavras, quanto maior o índice, menor será a sua iminência de ser populista, enquanto que, quanto menor o índice, maior a iminência.

Assim, como o objetivo do artigo é observar os países de maneira agregada, a média dos entrevistados de cada país serão comparadas. Em seguida, será realizado um Teste T para avaliar se há uma diferença entre a média do IPCN dos países com presidentes neopopulistas daqueles que não são, observando também se esse resultado é estatisticamente significativo.

Resultados

A partir da criação do índice por adição, a Tabela 1 apresenta a média dos 24 países testados, enquanto que a Tabela 2 demonstra a média em cada um desses países. Foram observados os seguintes resultados:

Tabela 1: Média do Índice

	Amostra	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
IPCN	33970	10	70	40.8	11.8

FONTE: Elaboração das autoras

Tabela 2: Média do Índice por país

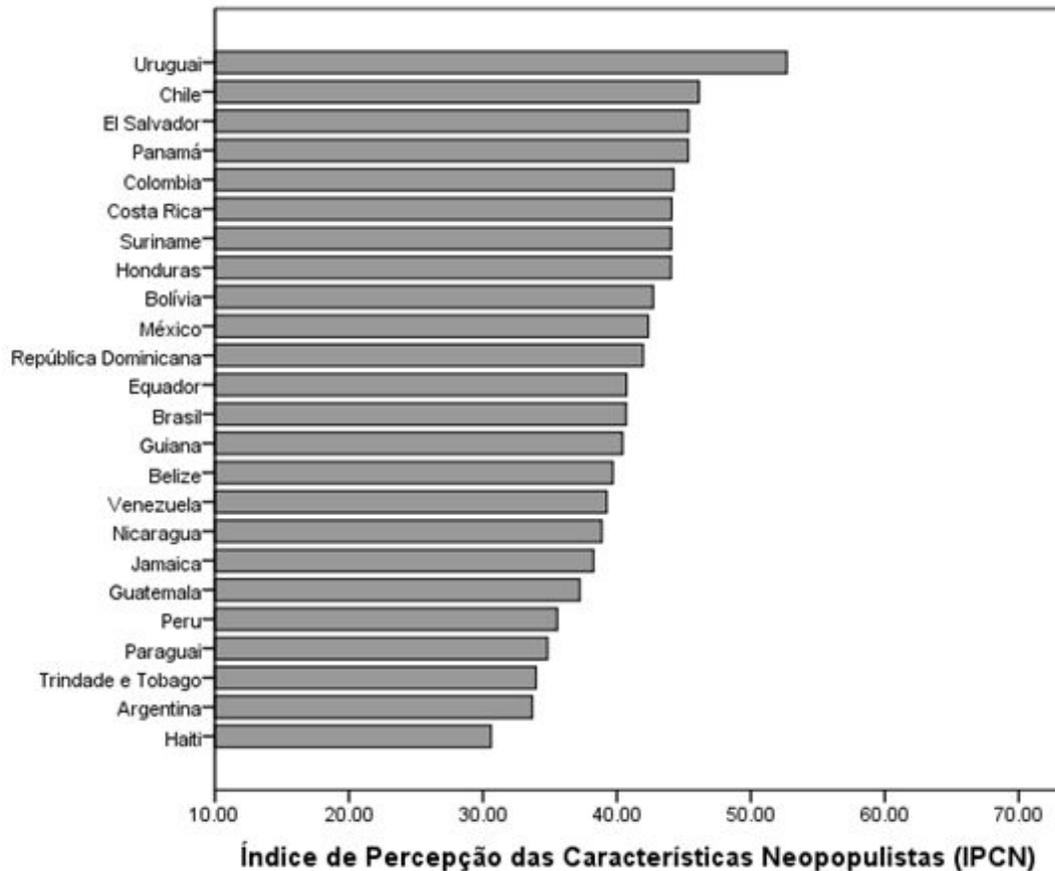
País	Amostra	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Uruguai	1185	10	70	52.7	10.6
Chile	1631	10	70	46.1	9.6
El Salvador	1479	13	70	45.4	10.1
Panamá	1352	16	68	45.3	9.2
Colômbia	1230	11	70	44.3	10.5
Costa Rica	1265	12	70	44.1	11.8
Suriname	1250	13	70	44.1	9.6
Honduras	1380	10	70	44.0	8.9
Bolívia	2503	11	70	42.7	10.1
México	1326	10	70	42.3	11.3
República Dominicana	1228	12	70	42.0	12.1
Equador	2372	10	70	40.7	10.5
Brasil	2101	10	70	40.7	11.4
Guiana	1146	10	70	40.4	11.5
Belize	1199	11	70	39.7	10.8
Venezuela	1317	10	70	39.2	14.6
Nicarágua	1262	10	70	38.9	12.2
Jamaica	1162	10	70	38.3	11.1
Guatemala	1099	10	70	37.2	11.2
Peru	1357	10	65	35.6	9.6
Paraguai	1206	10	70	34.8	10.6
Trinidad e Tobago	1161	10	69	34.0	11.4
Argentina	1141	10	70	33.7	12.5
Haiti	1618	10	56	30.6	8.4

FONTE: Elaboração das autoras (2017)

A partir da observação dos dados, é visto que a média do índice de todos os

entrevistados é de 40,8, com desvio de padrão de 11,8, considerado baixo. Quando essa média é estratificada por país, observamos que o país onde a população tem a maior confiança nas instituições é no Uruguai, com 52,7, enquanto que no Haiti se encontra a população mais desconfiada das instituições, com apenas 30,6. O Gráfico 1 apresenta uma representação gráfica com os índices de todos os países.

Gráfico 1: Representação da média do índice dos países em gráfico de barra



FONTE: Elaboração das autoras (2017)

A seguir, os dados foram agregados entre países neopopulistas -Argentina, Brasil, Bolívia, e Venezuela- codificado como (1); e países não-neopopulistas -O restante dos países- codificado como (0). É constatado na Tabela 3 que a média do índice é maior em países que não são populistas, como esperado, já que em democracias concretas a confiança nas instituições tende a ser maior.

Tabela 3: Diferença de médias entre os países não-neopopulistas (0) e neopopulistas (1)

	Codificação	Amostra	Média	Desvio Padrão
IPCN	0	26908	41.0	11.6
	1	7062	40.0	12.2

FONTE: Elaboração das autoras (2017)

A diferença de médias entre os grupos de países foi de apenas 1 ponto. O resultado do Teste T, no entanto, constata que essa diferença é significativamente estatística (Sig. 2-tailed<0.05) como mostrado no Quadro 2 abaixo.

**Quadro 2: Teste T para variáveis independentes
Comparação de médias entre os países não-neopopulistas (0) e neopopulistas (1)**

	Teste de Levene de Igualdade de Variância		Teste T para Igualdade de Médias						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença média	Diferença do desvio padrão	Intervalo de Confiança de 95% da Diferença	
								Mais Baixo	Mais Alto
Variações iguais assumidas	15.66	.000	6.50	33968.00	.000	1.02	0.16	0.71	1.33
Variações iguais não assumidas			6.32	10668.48	.000	1.02	0.16	0.71	1.34

FONTE: Elaboração das autoras (2017)

A partir da observação dos dados, é possível concluir que de fato o nível de confiança nas instituições é maior nos países que não são neopopulistas, e, dessa forma, sua percepção de características neopopulistas em todas instâncias de governo é menor. Os dados demonstram que mesmo que essa diferença entre grupos seja estatisticamente diferente, a diferença de médias é de apenas 1 ponto. Sendo assim, não se pode inferir que há uma grande disparidade entre as confianças nas instituições entre os países da América Latina.

Esse resultado pode ter sido influenciado de duas formas: a primeira é de que a América Latina tem historicamente um nível de confiança nas instituições muito baixo (c.f. POWER e JAMISON, 2005), não sendo possível observar casos contrafactuais, como por exemplo comparar este índice com países europeus de democracia estável, tendo em vista que o LAPOP não fornece dados para países de outros continentes. A segunda, é que os casos escolhidos (Argentina, Brasil, Bolívia, e Venezuela) podem estar sendo influenciado pelo viés da literatura, que muitas vezes não logra em ir mais a fundo em países do Sul-Global buscando observar traços importantes nesses países (GROSFOGUEL, 2010; QUIJANO, 2005), podendo assim outros países da América Latina terem presidentes com características neopopulistas desconhecidos pelos estudiosos.

Conclusão

O presente artigo buscou traçar as características do que a literatura nomeou como novo populismo, sendo uma onda semelhante ao populismo vivenciado pela América Latina no século XX, voltando a assombrar novamente a região.

. Foi visto que, a origem dos líderes com essas característica advém dos movimentos populares, e seus governos apresentam uma tendência em comum, que é a adoção de políticas assistencialistas como recurso fomentador da popularidade dos líderes e apaziguadora dos ânimos populares diante das crises econômicas, o que cria portanto, massas populares motivadas por seus próprios interesses de melhoria de vida e iscas para uma rede clientelista de troca de apoio e votos por serviços básicos e políticas assistencialistas.

Observou-se também que o discurso neopopulista surge diante de um contexto de desigualdades sociais e insatisfações em virtude as crises econômicas e os anseios por representação política, encontrando brechas para firmar suas raízes em solo latino e colocar em risco as instituições democráticas, além de conseguir persuadir as classes menos favorecidas para o seu progresso político. Com isso, os neopopulistas habilmente capitalizaram esse contexto sócio-político em seu favor a fim de obter através de líderes “neopopulistas carismáticos” um “cheque-branco” da população para os seus posteriores feitos populistas diante do governo (BAQUERA, 2010).

Os resultados de tais governos são desastrosos. Os cidadãos ficam politicamente vulnerável e economicamente excluídos, internalizando normas e valores de desapego às instituições de mediação política, preferindo se envolver em relações de troca de favores que descaracterizam o processo democrático e, ao mesmo tempo, propicia a prosperidade do neopopulismo. Assim, os cidadãos destes países ficam sujeitos a medidas anti-democráticas como moeda de troca pela sua aparente melhoria de vida, criando, assim, uma dependência do cidadão a esses líderes. Isto é, em vez de cidadãos, o populismo cria seguidores (PARAMIO, 2006).

Em consequência, mesmo com o fim desses governos, os cidadãos tendem a vivenciar os seus legados negativos, em virtude aos impactos sociais e econômicos aliados ao retrocesso de décadas de desenvolvimento democrático na América Latina. No âmbito econômico, observa-se uma economia em desajuste devido ao excesso de gastos insustentáveis. Seu legado também se expande para a dimensão social, ocasionando diversas divisões dentro da sociedade, em ocorrência à política antagônica adotada por líderes populistas. Diante do exposto, Legler (2006) classifica o populismo como “divisivo, polarizador, intolerante e anti-plural, que se alimenta da divisão urbana existente em classe, racial, étnica e rural”.

Diante de democracias afetadas por tais governos populistas, a representação também tende a ser questionada, visto que, tais líderes, durante os seus governos, desestruturaram as instituições democráticas existentes, implantaram uma desordem no sistema partidário, além de terem subvertido o papel do Estado para um caráter assistencialista. Sendo assim, o caminho “fora das instituições” passa a ser creditado, uma vez que seu caminho através dela deixa de ser um canal viável para canalizar o descontentamento popular, tendo em vista as limitações impostas aos mecanismos de participação no estado.

Por fim, a partir da criação do Índice de Percepção das Características Neopopulistas (IPCN), o presente artigo apresentou que na América Latina seus cidadãos tendem a confiar mais nas instituições dos países que não são neopopulistas, do que aqueles que são. No mais, em decorrência as pesquisas aqui realizadas, pode-se pontuar que apesar da diferença ser estatisticamente significativa entre esses grupos, não se pode inferir a existência de uma grande diferença de confiança entre as instituições latinas.

Bibliografia

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ARENDT, Hannah (1959). **The Human Condition**. New York: Anchor Book, 1959.

BAQUERO, Marcello (2010). **Populismo e neopopulismo na América Latina : o seu legado nos partidos e na cultura política**. Sociedade e cultura : revista de pesquisas e debates em ciências sociais. Goiânia, GO. Vol. 13, n. 2 (jul./dez. 2010), p. 181-192

BOBBIO, Norberto.(1987). **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987

BOTANA, Natalio Rafael.(1998) **El siglo de la libertad y el miedo**. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1998.

BOYER, M. A. (2003). **Symposium on replication in International studies research**. International Studies Perspectives 4, 72-107.

CAMPOS, Roberto.(1994) **Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CINTRA, Antônio Octávio. **Democracia na América Latina (I): estudos, consultoria Câmara dos Deputados**. Novembro . 2000. Acervo Online

DAHL, Robert (1989), **Democracy and its Critics**, New Haven, Yale University Press, 1989.

DI PALMA, G. (1990) **To craft democracies**. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

FELISBINO, Riberti de Almeida (2008). **Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada**. Campinas: 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

GEDDES, B. (2001) **O que sabemos sobre a democratização depois de 20 anos?**

Opinião Pública (CESOP/Unicamp), v. 7, n. 2, p. 224-255, nov. 2001.

Giuseppe Di Palma,(1990) **To craft democracies: An essay on democratic transitions**. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.

GRONDONA, Mariano. (1999) **Las Condiciones Culturales del Desarrollo Econômico**. Buenos Aires: Ariel, 1999.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491

HUNTINGTON, S. 1994. **A terceira onda – A democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

ISHIYAMA, J. (2014). **“Replication, Research Transparency, and Journal Publications: Individualism, Community Models, and the Future of Replication Studies.”** *PS: Political Science & Politics*, 47 (01): 78–83.

KING, G. (1995). **"Replication, Replication."** *PS: Political Science and Politics*, 28: 443-499. Disponível: <http://gking.harvard.edu/gking/files/replication.pdf>

INGLEHART, R.; NORRIS, P. (2016). **“Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash.”** SSRN Scholarly Paper ID 2818659. Rochester, NY: Social Science Research Network. Disponível: <https://papers.ssrn.com/abstract=2818659>.

LEGLER, Thomas. 2006. **Bridging Divides, Breaking Impasses: Civil Society in the Promotion and Protection of Democracy in the Americas**. Ottawa. FOCAL Policy Paper

LECHNER, Norberto.(1984) **Cultura política y democratización**. *David y Goliath*, v. 14, n. 46, p. 21-28, 1984.

LEIS, Hector.(2008). **Populismo e democracia liberal na América do Sul**. *Revista Debates UFRGS*, v. 2, n.2, p. 25-47, 2008.

LIPSET, S.(1981) **Political man: the social bases of politics**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

LOWI, T. (1964). **American business, public policy, case studies, and political theory**. *World Politics*, 16(4), 677-715

_____.(1972) **Four systems of policy, politics, and choice**. *Public Administration Review*, 32(4), 298-310.

LUPIA, A., and ELMAN, C. (2014). **Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency**. *PS: Political Science & Politics*, 47 (01): 19–42.

POWER, T.; JAMISON, G. D.(2005) **Desconfiança política na América Latina**. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

O'DONNELL, G. (1991). **Democracia delegativa?** *Novos Estudos*, n. 31, out. 1991.

O'DONNELL, G (1997). **Poliarchies and the (Un)Rule of Law in Latin America**. In: MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Eds.). **The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin América**. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1999, p. 303-337.

PARAMIO, L. (2006). **La izquierda y el populismo**. México. *Nexos* No. 339 March 2006.

PEYREFITTE, Alain.(1999) **A Sociedade de Confiança**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ROBERTS, Kenneth M (1995) . **Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America**. *World Politics*, v. 48, n. 1, p. 82-116, Oct. 1995.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L.(2003) **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia:os caminho da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHMITTER, Philippe.(2006) **Sobre los vicios y virtudes del populismo**. *El debate*

político - Revista Iberoamericana de Análisis Político, Buenos Aires, Ano 3, n. 4/5, p. 208-215, 2006

TORRES, V. (2006) The Impact of "Populism" on Social, Political, and Economic Development in the Hemisphere
Torres, V. 'The Impact of "Populism" on Social, Political, and Economic Development in the Hemisphere', Ottawa: FOCAL (policy paper).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, s/d – <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> (acesso em 29/05/2017).